

## BRICS: “Fortalecendo o Multilateralismo para o Desenvolvimento e a Segurança Globais Justos”

A China, o Sul Global e a *Desocidentalização* das Relações Internacionais

Paulo Afonso B. Duarte

Flávio Silva

A Rússia e as Relações com os BRICS e o Sul Global: a Construção de um Mundo Alternativo?

Pedro Ponte e Sousa

A Índia, o Sul Global e os BRICS

Paulo Carvalho Vicente

BRICS 2024: The Cement for Global South Based Multilateralism?

Lisa Thompson

Brasil e a Geometria Variável

José Palmeira

### DIRETORA

Isabel Ferreira Nunes

### COORDENADOR EDITORIAL

Luís Cunha

### CENTRO EDITORIAL

António Baranita e Luísa Nunes

PROPRIEDADE, DESIGN GRÁFICO E EDIÇÃO

Instituto da Defesa Nacional

ISSN 2182-5327

Depósito Legal 340906/12

O multilateralismo chinês arrisca tornar cada vez mais redundantes as instituições ocidentais forjadas no pós-Segunda Guerra Mundial. Não por responsabilidade da China, que há muito tem pugnado por uma voz mais ativa nas instituições pré-estabelecidas, mas por falta de visão do Ocidente, que não sendo capaz de conter a reemergência da *Pax Sinica*, procura isolar, sem sucesso, a China. Desta forma, a nova ordem multilateral *made in China* assenta numa expectativa de trazer mais força ao Sul Global, descontente com questões que abrangem a esfera económica (uma maior intolerância ao dólar como moeda privilegiada de transação e ao Consenso de Washington), a esfera ideológica (democracia *versus* regimes autocráticos marginalizados pelo Ocidente) e a esfera geopolítica (o eixo Pequim-Moscovo-Teerão-Islamabad-Pyongyang).

O multilateralismo de características chinesas não é, contudo, isento de pecados capitais, nomeadamente porque existe uma grande diferença entre a *Comunidade de Destino Comum* e pacifista que a China almeja criar e os desenvolvimentos práticos da atualidade. Ao fim e ao cabo, a China frustrou ainda mais as expectativas do Ocidente ao não ter condenado a invasão russa da Ucrânia. Acresce que uma potência que quer ser vista como benigna pela comunidade internacional persiste em construir ilhas artificiais ignorando por completo o Direito Internacional, ao reclamar como sua a esmagadora maioria do Mar da China Meridional. O multilateralismo chinês não é recíproco, na medida em que serve essencialmente para escoar produção, sem gerar grande valor para as economias dos Estados-membros da FRC. Neste sentido, não parece descabido afirmar que a FRC visa a substituição de uma Ordem Ocidental por outra liderada pela China. Muda a liderança, mas a dependência não desaparece, como atestam os Estados endividados à China.

## A Rússia e as Relações com os BRICS e o Sul Global: a construção de um mundo alternativo?

Pedro Ponte e Sousa

Universidade Portucalense e IPRI.

O Sul Global tem, genericamente, criticado a invasão da Ucrânia como uma violação do direito internacional e da soberania, mas também rejeitado a imposição de sanções internacionais à Rússia, a minimização do contexto histórico que produziu a acentuação do conflito, bem como boa parte da narrativa ocidental, que, na sua visão, sobrevaloriza este conflito enquanto ignora (ou alimenta) tantos outros, como a nova etapa do conflito no Médio Oriente veio demonstrar.

Do ponto de vista político-diplomático, pouco tem sido o apoio direto prestado aos objetivos da Rússia. Praticamente não existe apoio político concreto às pretensões da Rússia, e mesmo a ajuda militar é de reduzida monta. Uma série de Estados do Sul Global, especialmente os BRICS, tendo interesse na resolução do conflito, têm procurado salientar a impossibilidade da solução militar e posicionar-se como mediadores, apresentando soluções que evitam as agendas maximalistas de cada um dos contendores, e, portanto, afastando-se destes. A Rússia não tem conseguido uma maior proximidade com estes Estados, que poderia fortalecer a sua reputação no cenário internacional.

O fortalecimento das relações com o Sul Global serve objetivos táticos e estratégicos para a Rússia e para o Sul Global. Para a Rússia, é uma forma de diversificar relações económicas e políticas, antes demasiado dependentes do Ocidente, e acelerada pelas sanções ocidentais. A organização de grandes fóruns com Estados africanos, asiáticos e da América Latina tem sido uma marca da política externa russa dos últimos anos. Para esses Estados, o aprofundamento de relações económicas com a Rússia é visto como mutuamente vantajoso para o comércio, investimento ou turismo, e o desenvolvimento das relações

políticas permite ponderar a possibilidade de construção de relações internacionais menos centradas e dependentes do Ocidente. A redução da hegemonia dos EUA, e, de uma forma geral, da influência do Ocidente, é vista como um elemento em comum entre estes atores, especialmente interessados em determinar os seus próprios destinos sem interferências externas, e com parcerias entre iguais. Assim, a Rússia conseguiu explorar os piores legados da ação do Ocidente no Sul Global para seu benefício: a ideia de rejeição de novas formas de colonialismo e imperialismo; lógicas de não-alinhamento, evitando a submissão a interesses exógenos; e construção de alternativas mais próximas dos interesses históricos dos Estados do Sul Global.

Tal não é feito sem desafios para a Rússia e para o Sul Global. Primeiro, estes Estados não veem a Rússia como um parceiro ideal; aliás, não a entendem de forma diferente dos EUA nas suas ações no Afeganistão, Iraque, Líbia e Síria. Segundo, as ferramentas ao dispor da Rússia são mais fracas do que no passado: menor poderio económico, reduzida credibilidade e imagem internacional, com impacto sobre a qualidade das suas relações políticas e influência; dificuldade em produzir um modelo de organização política, interno ou internacional, que promova a solidariedade entre estes Estados; e a dificuldade em promover uma descrição da realidade diferente da prevalente, num contexto de crescente guerra informacional e de domínio da comunicação estratégica. A China, ou, em menor grau, a Índia, poderão ajudar a colmatar alguns destes desafios, de forma limitada. Ainda assim, esse menor poderio e eficácia das suas ferramentas não é visto apenas de forma negativa; para boa parte do Sul Global, tal significa relações entre 'iguais', nivelando o terreno de jogo.

Os BRICS têm servido como uma ferramenta de especial interesse, para a Rússia, enquanto alternativa diplomática e económica, e para o Sul Global, enquanto reconstrução de relações procurando evitar modelos e instituições ocidentais. A recente inclusão do Egito, Etiópia, Irão, e Emirados Árabes Unidos, com a Arábia Saudita como participante frequente dos encontros, confere um peso relevante a esta organização: 35% do PIB, 45% da população

mundial, e com a tentativa de adesão para mais de 40 outros Estados, a sua relevância está em crescendo. Falharam as profecias de colapso, assentes na enorme diversidade de modelos de organização económica e política e distintos interesses de política externa e relações económicas internacionais.

Para o Ocidente, cabe lidar com um conjunto de questões concretas, quer relativamente ao conflito na Ucrânia, quer às futuras relações com a Rússia, com a China, e o conjunto do Sul Global. Naturalmente, para além da formulação encontrada para a resolução concreta do conflito em curso, sendo cada vez mais inevitável a solução negociada face ao impasse no terreno, fica a questão de que tipo de relações futuras terá com a Rússia, sabendo que a acentuação de uma política militarista na Europa, a par das sanções económicas, da redução de relações comerciais, do isolamento e retórica políticas acompanhado por tentativas de interferência na vida política interna russa, irão acentuar a perceção de ameaça e uma mentalidade de cerco que só terá consequências nefastas a prazo. Para o Ocidente, será essencial não alienar os seus parceiros no Sul Global, o que só será possível com uma abordagem que defenda e promova o Direito Internacional em todas as circunstâncias, que demonstre genuíno interesse pelos destinos destes Estados, e que procure, com os BRICS, e particularmente com a China e com a Rússia, a construção de uma cooperação tão duradoura como abrangente, disponível para procurar alternativas à narrativa de uma guerra inevitável ou a discursos anquilosantes e vácuos do bem contra o mal, da civilização contra a barbárie, que apenas acentuam a perceção de um nós *versus* os outros, que acentuam as dúvidas do resto do mundo sobre os objetivos e interesses do Ocidente.

## A Índia, o Sul Global e os BRICS

**Paulo Carvalho Vicente**

Professor na Universidade Lusófona – Centro Universitário do Porto.

Investigador do CEAD – Francisco Suárez.

A Índia apresenta-se hoje de uma forma evidente como um ator político de relevo à escala internacional, cujas ambições, ancoradas numa prosperidade interna, estão a moldar o cenário político global. Ao ter assumido a presidência do G20 em 2023, o país reforçou a sua voz no palco internacional, apoiando-se numa visão própria da estratégia do Sul Global que constitui o eixo da sua política externa.

Na referida presidência do G20, a Índia propôs e foi aceite que a União Africana se tornasse um seu membro permanente. A proposta indiana visava colher um maior apoio de África, que faz parte do Sul Global, e refrear a influência da China, que está a procurar estreitar os seus laços com o continente. É manifesto o potencial indiano quando olhamos para alguns dados, mas não sem algumas reservas: a Índia é a quinta economia do mundo, a segunda do grupo BRICS, após a China; uma população de mais de 1,44 mil milhões (à frente da China); porém, quase 25% da população ainda vive abaixo do limiar da pobreza (cerca de um terço da população mundial que vive com menos de 1,90 USD/dia reside na Índia). A solidez, bem como a crueza destes números, ajudam a compor uma estratégia de afirmação no Sul Global e no grupo BRICS.

Em janeiro de 2023 a Índia organizou o Voice of Global South Summit, momento a partir do qual no quadro diplomático começou a referir-se ativamente ao termo Sul Global. No seu discurso, o primeiro-ministro Narendra Modi notava que os países do Sul Global, com três quartos da população mundial, enfrentam os maiores desafios no futuro e revelou a determinação da Índia para agir como a sua voz. Com a invasão russa da Ucrânia, a Índia foi forçada a repensar a sua dependência da sua aliada Rússia e as relações com a vizinha China estão a deteriorar-se devido a disputas fronteiriças, o que requer a renovação do seu posicionamento global. Esta

situação levou à formulação da estratégia de Sul Global como o novo eixo da diplomacia da Índia. Na conceção indiana, o Sul Global corporiza três elementos: 1) a China fora do enquadramento, ascendendo a Índia a representante do mundo em desenvolvimento; 2) tendo presente o tradicional problema e contexto das disparidades Norte-Sul, o uso indiano do termo sugere o desejo de convocar vários temas delicados do hemisfério sul e colocá-los na agenda dos fóruns multilaterais conduzidos por potências, como o G7 e o G20; 3) intencionalmente, a Índia não esclarece quais os países que integram o Sul Global e qual o seu alcance, pelo que o conceito permanece vago. Desta ambiguidade resulta a possibilidade de todos os países, exceto a China e países desenvolvidos, estarem aqui incluídos e de a Índia ser o rosto do Sul Global, um grupo de países emergentes e em desenvolvimento, com a forma de um ator político único.

Nascido como resposta às dificuldades financeiras da Grande Recessão de 2008, o grupo BRICS ambicionava uma mudança no plano económico, concretamente na defesa de interesses comuns, como a coordenação no G20, proteção dos interesses do Sul Global nas crises financeiras globais e na promoção de reformas das instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial. Destacam-se como dois grandes avanços institucionais na área financeira, em 2014, o New Development Bank e o Contingent Reserve Arrangement, ambos com forte apoio indiano. Neste capítulo, o grupo BRICS pode ser considerado como um progresso moderado na reforma da arquitetura da governança global.

Em perspetiva histórica, a que Modi dá continuidade após a vitória em 2014 do partido BJP, caracterizado por um nacionalismo hindu, o multilateralismo para a Índia sempre foi definido como o âmbito da negociação, resolução de conflitos, manutenção da segurança internacional e resolução dos desafios económicos e sociais mundiais. Isto decorre do compromisso do país com o Movimento dos Não Alinhados, na sua origem, e com o sistema da ONU, e igualmente de uma autonomia estratégica exercida pela Índia. Com efeito, a pertença ao grupo BRICS é aqui perfeitamente enquadrável e compreensível.